

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA



AS LÍNGUAS DE CABO VERDE
UMA RADIOGRAFIA SOCIOLINGUÍSTICA

Anexo 15: Relação da Documentação Analisada

Tese orientada pela Prof. Doutora Maria Antónia Coelho da Mota

Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes

DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA
(Sociolinguística)

2011

ANEXO 15

Documentação

1. Oficial

- 1.1. Constituição da República de Cabo Verde. Praia. Assembleia Nacional. 2000.
- 1.2. Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 103/III/90 de 29 de Dezembro, com as alterações Lei n.º 113 /V/99 de 18 de Outubro);
- 1.3. Decreto-Lei n.º 67/98 de 31 Dezembro (aprova o ALUPEC por um período experimental)
- 1.4. Decreto-Lei n.º 8/2009 de 16 de Março (institui o ALUPEC como alfabeto cabo-verdiano)
- 1.5. Resolução n.º 8/98, B. O. n.º 10 DE 16 de Março (cria uma comissão técnica responsável pela área da educação para estudar, avaliar e propor os cenários técnicos e jurídicos alternativos para o sistema de ensino);
- 1.6. Resolução n.º 48/2005 de 14 Novembro (adota a "Estratégia de afirmação e valorização da língua cabo-verdiana").
- 1.7. Plano de Estudos Ensino Secundário. Ministério da Educação, Ciência e Cultura. 1996 (documento conceptual do plano de estudos)

2. Recomendações de encontros académicos e grupos de trabalho

- 2.1. Actas I.º Colóquio Linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde, Abril. 1979. Praia. INIC. 2000.
- 2.2. Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano. Grupo para a padronização do Alfabeto. 1994. Praia. IIPC. 2006.
- 2.3. Recomendações do Fórum Caminhos da Valorização da Língua Cabo-Verdiana: O papel da Assembleia Nacional. Praia. Assembleia nacional. 3 e 4 de Julho 2002.
- 2.4. Fórum para avaliação do ALUPEC, praia, 2008, cujas conclusões constam do n.º 4 do preâmbulo ao decreto-lei n.º 8/2009

3. Propostas de individualidades

- 3.1. *Baltazar Lopes da Silva* (1936, 1984, 1973), filólogo e ensaísta, escritor e poeta, professor do ensino secundário, uma referência intelectual no país;
- 3.2. *António Carreira* (1984), historiador, investigador de reconhecido mérito;
- 3.3. *Manuel Ferreira* (1989, 1973), de nacionalidade portuguesa, e com grande vivência cabo-verdiana e uma vasta bibliografia ensaística e literária dedicada a Cabo Verde, produzida dentro dos padrões da elite intelectual cabo-verdiana da sua época que o tinham como um par;
- 3.4. *Dulce Duarte* (1961, 1977, 1989), filóloga e Combatente da Liberdade da Pátria, primeira Directora-geral da Cultura de Cabo Verde independente, organizadora do Colóquio do Mindelo;
- 3.5. *Gabriel Mariano* (1991): poeta e ensaísta que sempre se posicionou contra a situação colonial;
- 3.6. *Manuel Veiga* (1994, 1995, 2000, 2004), que desde 1979 está vinculado às instâncias oficiais com responsabilidades linguísticas: responsável do Departamento de Linguística do Ministério da Educação e Cultura, Director-geral da Cultura, Director Geral do Património Cultural e à época Ministro da Cultura, para além de ter sido o presidente de praticamente todas as comissões relacionadas aos estudos linguísticos como, por exemplo, do Grupo de Padronização. O seu posicionamento consta não só nas suas publicações individuais como da “Introdução” e da parte Pós Colóquio” inserida nas Actas do Colóquio de Mindelo, para além de ser bastante divulgada na comunicação social e imprensa escrita e em palestras e conferências, dado as posições que tem vindo a ocupar na hierarquia do Estado;
- 3.7. *David Hopher Almada* (2006), jurista de profissão, ministro das áreas de justiça, cultura e comunicação social durante os quinze anos da primeira república; à época deputado da nação, perfilando-se como candidato a presidente da república;
- 3.8. *Adelaide Monteiro* (2007), linguista, docente de língua e linguística cabo-verdiana no extinto ISE, à época directora da Direcção de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) do Instituto de Investigação e Promoção Cultural) (IIPC);

- 3.9. *Carlos Delgado (2008)*, linguista, professor do ensino secundário e do ensino superior, à época Delegado do Ministério da Educação no Concelho do Porto Novo, Santo Antão